

# Constituinte controla acesso à galeria

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Reforço da segurança, inclusive com a possível participação da Polícia Militar, aumento das dificuldades para acesso às áreas internas do edifício do Congresso e punição para parlamentares que incentivem tumultos e agressões que partam das galerias na semana passada.

As medidas foram acertadas em reunião que o presidente Ulysses Guimarães manteve, em sua residência, com o 2º vice-presidente e corregedor da Mesa da Constituinte, Jorge Arbage (PDS-PA), o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, e o diretor da Coordenação de Segurança Legislativa da Câmara, Fernando Paulucci.

A entrada do público nas galerias será feita exclusivamente pela porta da rampa superior, o que facilitará o controle das senhas. Fica mantida a distribuição dos 400 lugares para populares segundo a proporção

da representação de cada partido, que receberá, para distribuir, o correspondente número de senhas.

Como na semana passada as galerias foram tomadas de assalto por populares que já se encontravam dentro do edifício do Congresso — eram os participantes de um encontro promovido pela CUT e a CGT no auditório Petrólio Portella, do Senado — duas providências serão tomadas para evitar a repetição daqueles fatos. Durante os trabalhos da Constituinte, nenhuma das dependências do Congresso voltará a ser cedida para terceiros, salvo para realização de convenções ou reuniões partidárias; e as 14 entradas pelas quais populares têm, hoje, acesso ao interior do prédio, serão reduzidas a apenas três ou quatro.

A segurança interna será reforçada, segundo o corregedor Jorge Arbage, com pessoal da segurança do Senado. Na área do plenário e das galerias, o número de agentes passará de 150 para 200. E Arbage disse que Ulysses Guimarães vai solicitar do governador de Brasília, José Aparecido, a cessão de um contingente

da Polícia Militar para, nos dias de sessão da Constituinte, encarregar-se da segurança na área externa do Congresso.

Quando à apuração dos incidentes registrados na semana passada — a invasão das galerias e a briga em plenário entre parlamentares — Arbage informou que foram constituídas duas comissões para examiná-las e propor à Mesa as providências que julgarem necessárias. Uma comissão, integrada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e pelos deputados José Lins (PFL-CE) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), ficou incumbida de examinar o relatório da segurança da Câmara sobre os incidentes nas galerias, que aponta como incentivadores os deputados Edmilson Valentim (PC do B-RJ), Eduardo Jorge (PT-SP), Gumerindo Milhomem (PT-SP), Paulo Palm (PT-RS) e Juarez Antunes (PDT-RJ). Eles poderão ser responsabilizados por quebra do decoro parlamentar e receber sanções que vão da advertência à perda do mandato. O próprio Jorge Arbage considerou "exagerada" a possibilidade de se aplicar essa última punição.



Cabral, Konder Reis e Adolfo Oliveira deixam a casa de Ulysses, onde trataram de segurança

## Para Ulysses, a Carta fica pronta em fevereiro

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem, em entrevista ao programa "Bom dia, Brasil" da TV Globo, reforço à segurança interna e externa do Congresso para evitar que incidentes como o de quinta-feira, quando populares, das galerias, agrediram parlamentares no plenário, voltem a se repetir. Ulysses afirmou, ainda, que espera a promulgação da nova Constituição até a segunda semana de fevereiro, "no máximo".

"No futebol, quando alguém invade o campo é preso. Da mesma forma, ninguém pode invadir uma casa, um comércio e, muito menos, o Congresso", desabafou Ulysses, após considerar os episódios de quinta-feira deploráveis. Segundo o deputado paulista, já houve entendimento com o presidente do Senado, Humberto Lucena, para que os regulamentos sejam "mais restritivos" na concessão das dependências do Congresso para encontros.

Quando ao policiamento para garantir a realização das sessões da Constituinte, Ulysses afirmou que, além dos 150 seguranças da Câmara — sempre presentes —, acionará os 50 homens do Senado, "só convocados quando havia expectativa de sessões mais rumorosas". O presidente da Constituinte também pediu ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, a presença de 80 a 90 homens para cuidar das redondezas do Congresso e diminuir o número de ocorrências que ali se registram, durante as votações mais polêmicas.

Ulysses Guimarães alertou para um maior rigor na distribuição de senhas para ocupação das galerias. "Dessa forma, acredito que haverá

um equilíbrio maior entre os ocupantes das galerias, evitando que aqueles fatos se repitam", esclareceu ele, acrescentando que também haverá limitação de entrada no plenário, até mesmo para ex-parlamentares, que ali poderão ingressar, "mas não deverão ocupar cadeiras".

"Vamos fazer um apelo aos constituintes para que colaborem internamente, no plenário, com a ordem", frisou Ulysses, depois de negar que possa sugerir o fechamento das galerias. "Pretendo garantir o acesso das pessoas, mas um acesso ordeiro e respeitoso", completou. Na sua opinião, "política é paixão" e, por isso, é normal que haja excesso em todos os parlamentos do mundo.

Ulysses Guimarães disse que esperava que "a tão sonhada e ambicionada" Constituição estivesse pronta em 15 de novembro, o que não ocorreu, em virtude de atrasos considerados normais. Para ele, apenas 20% do projeto será objeto de discussão e, dentro de dois meses, tudo estará resolvido. Ele crê em mudanças fundamentais no projeto Bernardo Cabral, como alteração do sistema de governo e fixação do mandato de cinco anos para os presidentes — aprovados anteriormente pela Comissão de Sistematização, porque "o plenário não é carimbo homologativo".

Indagado sobre a possibilidade de acordo para mudança do regimento interno, Ulysses afirmou que ela é possível e lembrou que "os desentendimentos não existiriam se não estivessemos com a Constituinte funcionando normalmente". Ele não acredita no surgimento de novos partidos e afirmou que, "com a promulgação da nova Constituição e o compromisso com as eleições municipais, essa cócega de criar novos partidos vai desaparecer".

## Amaral Neto insiste em pedir tropas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Neto (RJ), um dos principais coordenadores do Centrão, deve apresentar ainda hoje emenda ao regimento interno, atribuindo às Forças Armadas a segurança da Assembléia e dos parlamentares no seu interior.

O líder pedesista disse que seria lamentável se o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, entregasse a segurança da Casa à Polícia Militar do DF. "Seria deprimente à Constituinte e ao Legislativo", comentou. Na sua opinião, a PM/DF tem atribuições locais e não no âmbito de uma instituição nacional. Lembrou que o Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, tem sua segurança a cargo do batalhão de guarda presidencial, do Exército. "Não tem sentido a segurança do Legislativo ficar com a PM", disse.

Pela emenda do líder do PDS, a requisição e o comando das Forças Armadas serão de responsabilidade do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Amaral Neto defende a formação de um cordão de isolamento em toda a parte externa do edifício. Só entrarão os parlamentares, funcionários, jornalistas credenciados e convidados portadores das senhas fornecidas pelos constituintes, proporcional a cada bancada. "Quero ver deputados do PT, do PDT e do PC do B empurrarem o coronel que comandar a tropa, ordenando a invasão das galerias", afirmou.

## Empresários pedem Ermírio

"Um grande nome, grande empresário, homem inteligente, que poderia ser um elemento de grande contribuição para o Brasil" — disse o presidente da Fiesp, Mário Amato, referindo-se a Antonio Ermírio de Moraes como possível candidato à Presidência da República, embora pessoalmente Ermírio descartasse essa possibilidade, conforme entrevista publicada na edição de domingo de O Estado. "Hoje mesmo falando com ele o Ermírio disse não ser candidato, mas grande nome ele é" — acrescentou Mário Amato.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, disse que Ermírio "é uma candidatura do tipo que o Brasil precisa". De acordo com Roberto, o País precisa ser gerenciado por alguém que entende de liberdade e desenvolvimento: "Quando o Ermírio ataca os políticos ele faz política. Diz coisas como a que eu a Constituinte parou o País, mas antes dele eu denunciei a Comissão de Sistematização que esterilizou o capital nacional, fechou o País ao capital estran-

geiro que quer entrar aqui e expulsou-o daqui de dentro". Para a deputada federal Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Ermírio é "uma reserva moral política para o nosso país". Disse que o fato de o empresário descartar qualquer possibilidade de não mais se apresentar como candidato "não tem importância, pois se convocado ele muda de atitude porque já não é mais dono de si mesmo".

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) vê no empresário Antonio Ermírio de Moraes "mero espantilhão". "Já vi esse filme antes, não com Ermírio como personagem, mas outros, gente que pretende salvar o Brasil. Por isso eu advogo o parlamentarismo, porque figuras como essas não mais terão vez, serão banidas do cenário. Figuras carismáticas têm que virar a página, e o último foi o Tancredo Neves".

Mas na Fiesp não só o presidente da entidade se manifesta simpático à candidatura Ermírio de Moraes. O 1º tesoureiro, Ruy Martins Althelfeider Silva, disse que Ermírio é um homem

preparado, sério, equilibrado, competente e que tem todo seu apoio político: "Os empresários estão preocupados com a série de fatores negativos no País, como a renegociação da dívida externa, o insucesso do Plano Bresser, a má administração do País, a Assembléia Nacional Constituinte — tudo isso foi incapaz de levar a uma situação cômoda para todos. Então, surge a necessidade de que o cidadão não fique como bicileta batendo no poste".

O 1º secretário da Fiesp Roberto Della Manna, disse aguardar ansiosamente que todos os problemas políticos possam ser resolvidos para termos um homem do gabarito de Ermírio de Moraes para disputar uma eleição presidencial: "Tenho certeza de que ele saberia atender aos reclamos não só dos empresários, mas de todos. Ele fala, reflete bem o pensamento da área empresarial. Se candidato, como da vez passada em que se candidatou ao governo do Estado de São Paulo, também contará com o apoio da maioria absoluta dos empresários ligados à Fiesp".

## Os 5 anos já têm 140 assinaturas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) e os deputados Gilson Machado (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PMDB-PI) estão empenhados em conseguir apoio da maioria absoluta da Assembléia Constituinte (280 assinaturas) às emendas restabelecendo o presidencialismo e o mandato de cinco anos ao presidente Sarney. Os três estão trabalhando na proposta há duas semanas e, juntos, segundo garantiram, já conseguiram 140 assinaturas. A principal alegação para a defesa do mandato de cinco anos é a isonomia (igual tempo de governo para todos os presidentes). A emenda dos parlamentares suprime o parlamentarismo do Substitutivo Cabral.

## Delfim vai propor eleição geral em 88

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) confirmou ontem, em São Paulo, que juntamente com o seu companheiro de partido, Jorge Arbage, apresentará projeto amanhã à Assembléia Nacional Constituinte propondo eleições gerais em 1988, com o argumento de que elas "são fundamentais para o País". Segundo o deputado paulista, ele está absolutamente convencido de que a eleição apenas de presidente seria uma tragédia, porque o presidente eleito com 40 ou 50 milhões de votos enfrentaria um Congresso já constituído, enfrentaria, na verdade, o dr. Ulysses Guimarães.

Delfim Netto qualificou de "coisa absurda" a versão de que o Centrão teria sido constituído com a ajuda do Palácio do Planalto. "O Brasil vive de farsas" — afirmou o deputado, completando: "O Planalto está tentando grilar o Centrão, está tentando entrar no Centrão. Mostrar que o Centrão foi feito sob a influência do Planalto é a tática dos sabidos, mas isto não é verdade. Não me consta que o presidente Sarney tenha em qualquer momento tentado interferir no Centrão. É claro que algumas pessoas ligadas ao presidente da República estão no Centrão, mas este movimento foi criado para destruir a ditadura da minoria que se havia instalado na Comissão de Sistematização".

O deputado esclareceu que o Centrão foi criado para mudar "as burocracias" que constam do documen-

to elaborado pela Comissão de Sistematização, porque esta comissão "não representava o pensamento da Constituinte, nem as aspirações nacionais". Delfim alertou a classe trabalhadora para que não acredite na mentira de que o trabalhador terá aposentadoria integral pelo último salário. "O trabalhador — afirmou — não pode se deixar enganar. Se isto vingasse, o que ia acontecer? Ia acontecer que o trabalhador acabaria pagando a aposentadoria do homem de colarinho branco". O deputado disse acreditar que o plenário da Constituinte aprovará o presidencialismo como forma de governo e que manterá os quatro anos para Sarney.

BADERNA

Sobre a proposta do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) de requisição das Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — para atuar como garantia dos parlamentares durante as votações de plenário, Delfim Netto declarou: "Não me importam quais sejam as forças, mas é preciso que haja ordem. O espetáculo a que assistimos na semana passada foi deprimente, foi coisa lamentável, como lamentável foi a participação de nossos companheiros na bagunça. Mais lamentável ainda é você organizar caravanas de trabalhadores para ir a Brasília para xingar os parlamentares com palavras, cuspir e jogar moedas, papéis e papel no plenário da Constituinte".

## Eleições gerais já

VICTOR FACCIONI

Talvez estejamos todos marchando, implacavelmente, para o impasse, mercê das incongruências da aliança de sustentação do governo. Essas forças políticas obtiveram, ao embalo do Plano Cruzado, a mais fantástica vitória eleitoral nas últimas eleições, que se transformou, nem bem estavam abertas as urnas, na maior frustração geral do povo, constituindo-se em uma verdadeira traição popular, com a drástica modificação do plano econômico.

Neste quadro, os investimentos privados estão parados devido à indefinição do governo sobre a política econômica nacional. Agora mesmo anuncia-se novo pacote econômico, a ser adotado ditatorialmente para se constituir em novo confisco de recursos do povo pelo governo. Tudo agravado pelo não equacionamento das dívidas externa, interna e social, e última oportunidade para o indispensável e já tardio reencontro do Estado com a Nação propiciando ao povo o direito de readquirir a esperança, a fé e a necessária crença nas lideranças políticas e nos governantes, para juntos fazermos um novo Brasil.

Vivemos uma verdadeira crise política decorrente, em grande parte, do desgaste do governo e de seus partidos de sustentação, e das exageradas cobranças e expectativas suscitadas pela Constituinte, atingindo, igualmente, a todos os partidos e lideranças políticas do País, visto que o povo já não sabe mais em quem acreditar.

A Comissão de Sistematização homologou a adoção do parlamentarismo

mo: a mais fundamental das mudanças necessárias à vida política do País. Decidiu, também, pelo mandato de quatro anos para o presidente da República. Em ambas as decisões, a Comissão de Sistematização atendeu ao clamor popular por mudanças significativas na vida política nacional.

Para que se encerre, rapidamente, esta já prolongada transição democrática, torna-se imprescindível que os constituintes incluam também o corte de seus próprios mandatos como deputados e senadores, e de todos os eleitos no último pleito, convocando, já, eleições gerais no Brasil, e assim iniciarmos, todos juntos, uma nova era para todos os brasileiros.

Destarte, os constituintes que reduzem para quatro anos o mandato presidencial, ao submeterem-se igualmente, ao veredito do povo demonstrariam autenticidade e elevado espírito público. Resgatariam, talvez, a última oportunidade para o indispensável e já tardio reencontro do Estado com a Nação propiciando ao povo o direito de readquirir a esperança, a fé e a necessária crença nas lideranças políticas e nos governantes, para juntos fazermos um novo Brasil.

Sem estas medidas todas, difíceis, mas vitais, tudo ficaria pior. Urge adotá-las, pois o tempo e os equívocos repetidos estão deixando deteriorar e destruir o que ainda há de resistência na vida econômica, social e política do País.

Victor Faccioni é deputado constituinte do PMDB do Rio Grande do Sul